

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA
Câmara Municipal de Juiz de Fora
Lei Orçamentária Anual

| SIGLA | ÓRGÃO | TITULAR | ESTRUTURA ORGANIZACIONAL |
|-------------------|--|---|--|
| CÂMARA | <ul style="list-style-type: none">Legislativo do Município | <ul style="list-style-type: none">Rodrigo MattosPresidenteOrdenador de Despesas | <ul style="list-style-type: none">Mesa DiretoraPlenárioLíderes e Vice-LíderesVereadoresComissões (permanentes, temporárias ou especiais) |
| Legislação | <ul style="list-style-type: none">Constituição Federal de 1988Lei Orgânica do Município de Juiz de ForaRegimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora | | |

▣ Atribuições

▣ Exercer o Poder Legislativo local com funções legislativas, julgadoras, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de assessoramento político-administrativo, desempenhando, ainda, as atribuições que lhe são próprio, atinente à gestão dos assuntos de sua economia interna.

▣ Elaborar emendas à Lei Orgânica Municipal, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município.

▣ Manifestar-se, por maioria de seus membros, a favor de proposta de emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais.

▣ Exercer a fiscalização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo: apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara; acompanhamento das atividades financeiras do Município; julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal.

▣ Exercer o controle externo, de caráter político-administrativo, sobre o Prefeito, Secretarias Municipais, Mesa do Legislativo e Vereadores.

▣ Exercer a função de assessoramento, sugerindo medidas de interesse público ao Executivo, mediante proposições.

▣ Exercer função administrativa restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

▣ Exercer funções julgadoras, nas hipóteses em que for necessário julgar os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, quando tais agentes políticos cometerem infrações político-administrativas previstas em Lei.

▣ Legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município, com a devida sanção do Prefeito.

▣ Convocar, a requerimento de qualquer Vereador e aprovado por maioria absoluta, o Prefeito Municipal ou seu Vice-Prefeito para prestar esclarecimentos sobre assunto previamente determinado, importando em infração político-administrativa o seu não comparecimento sem justificativa adequada.

▣ Convocar, a requerimento de qualquer Vereador e aprovado por maioria de seus membros, Secretário Municipal, Diretores ou Presidente de Autarquias ou quaisquer titulares de órgão diretamente subordinado à Prefeitura Municipal, para, pessoalmente, prestarem informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

▣ Encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informação falsa.